

# TRAJETÓRIAS DE LUTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA INDÍGENA NO VALE DO JAVARI – AMAZONAS<sup>1</sup>

Rodrigo Oliveira Braga Reis (UFAM e PPGAS/MN/UFRJ)

Palavras-chave: memória; política indígena; Vale do Javari.

## Introdução

A presente comunicação pretende uma reflexão sobre a constituição do movimento indígena na região do Vale do Javari, no sudoeste do estado do Amazonas, a partir da reconstrução das trajetórias de quatro lideranças indígenas que participaram do processo: Darcy Duarth Comapa (Marubo), Jorge Oliveira Duarte Marubo, Adelson Korá Kanamary e Amélia Barbosa da Silva (Marubo). Darcy Comapa, Jorge Marubo e Korá Kanamary atuaram na coordenação do CIVAJA e hoje atuam, respectivamente como Secretário Municipal de Assuntos Indígenas em Atalaia do Norte, Coordenador do DSEI/Vale do Javari e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Atalaia do Norte. A professora Amélia Barbosa da Silva atualmente compõe a Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Atalaia do Norte.

O exercício analítico baseou-se em relatos dos primeiros encontros, lembranças sobre as viagens, sobre parceiros e opositores, além da memória das relações estabelecidas com “patrões”, trabalhadores não indígenas e com indigenistas. Conduzido a partir das percepções sobre suas respectivas trajetórias pessoais, a abordagem sobre a memória nos pareceu um caminho profícuo para revisitar o processo de mobilização pela demarcação da Terra Indígena Vale do Javari e as transformações da política indígena no período pós-demarcação. Metodologicamente, o trabalho foi conduzido por meio da realização de entrevistas, do registro de depoimentos sobre eventos, da reunião de documentos e fotografias, de forma a atribuir o devido reconhecimento ao protagonismo e à agência indígena na região em estudo, assim como nas diversas relações com o movimento indígena nacional e com os espaços da política indigenista.

Com foco principal na compreensão da constituição da política indígena no Vale do Javari, a apresentação priorizará os registros e as memórias de lideranças acerca das alianças que possibilitaram a criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), que entre a década de 1990 e início dos anos 2000 se constituiu como a principal forma de organização interétnica no momento de reivindicação pela demarcação contínua do

---

<sup>1</sup> “Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

Vale do Javari. Não obstante, buscaremos tratar também das transformações no movimento indígena no período pós-demarcação e a crescente participação em espaços da política local atualmente por meio de apontamentos sobre as circunstâncias sob as quais se dá a presença da população indígena na cidade de Atalaia do Norte.

### **Entre as cidades e as aldeias: trabalho, escolas, exército e o início da luta pela demarcação**

Na década de 1980, Darcy Comapa transitava entre a vida com seus parentes Marubo no rio Curuçá e as cidades. Entre idas e voltas, frequentou a Escola Pio Veiga em Atalaia do Norte, uma escola no Município de Benjamin Constant, o Centro de Treinamento Profissional do Alto Solimões em Tabatinga, até que em 1984 “foi levado” pela FUNAI para a Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos em Manaus onde permaneceria por quase três anos<sup>2</sup>.

Na metade do ano de 1987, Darcy abandona os estudos em Manaus por não se adaptar à condição de internato na Escola Agrícola e, ao retornar para Atalaia do Norte, devido à ausência de professores para atender as comunidades indígenas, é procurado pela FUNAI para atuar como professor em São Sebastião. Para isto, fez parte do II Curso de “Reciclagem dos Professores Rurais”, promovido pelo Órgão Municipal de Educação em Atalaia do Norte, e, passou a lecionar, constituindo-se assim como o “primeiro indígena” a atuar como professor no Vale do Javari.

Neste período de trânsito entre as cidades da região, Darcy afirma só ter contado com o apoio de funcionários da FUNAI e, em Benjamin Constant, de um senhor conhecido como “Pai Velho” - um carpinteiro que, além de ter lhe abrigado, teria lhe ensinado o ofício de carpintaria. Dentre os funcionários da FUNAI havia o seu pai, Santiago Penedo Comapa, que enviava um pouco de dinheiro para o sustento na cidade. “Único Marubo nas cidades de Atalaia do Norte e Benjamin Constant” nesse período, o estudante indígena Darcy Comapa teve que aprender a viver distante da família e a superar os casos de discriminação nas escolas e em outros espaços da cidade – sendo assim compreensível, os constantes abandonos da escola e os retornos à aldeia.

Não temos a intenção de comprovar se Darcy era, de fato, o único Marubo a habitar as cidades de Atalaia do Norte e Benjamin Constant, ou mesmo, o único estudante

---

2 Em entrevista concedida no dia 09 de março de 2018, Darcy Comapa reiterou que “foi levado pela Funai como interno” para a Escola Agrícola. Ele também afirma ter sido nesta época o único estudante indígena da região.

indígena nas instituições de ensino formais nesta época, para nós é suficiente reconhecer que suas memórias denotam um tempo em que a presença indígena nestas cidades se davam antes pela lembrança de diversas situações em que funcionários da FUNAI “enganavam” indígenas que vendiam madeira e borracha. Estas situações, sempre recordadas com revolta por Darcy, são contadas, principalmente, no sentido de ressaltar as diferenças com os dias atuais em que os indígenas têm acesso a diversas fontes de apoio para estudar, inclusive em Universidades.

O cenário atual a qual Darcy se refere perpassa o cotidiano de muitos jovens indígenas da região. Dispondo de serviços educacionais formais nas aldeias somente no nível de ensino fundamental, muitos destes jovens passam a habitar as cidades durante o tempo em que se dedicam à sua formação escolar nos anos posteriores. Além das escolas municipais, estaduais e federal que oferecem o ensino básico – nos níveis fundamental e médio – nas cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, as duas últimas cidades abrigam *campus* de universidades federal e estadual cujos cursos de graduação são largamente frequentados por estudantes indígenas – cabendo ainda destaque aos cursos técnicos que também tem indígenas como parte de seu corpo discente.

Sobre o fato de ser o “único indígena do Vale do Javari” vivendo em Atalaia do Norte em meados de 1980, Darcy ressaltava que não participou das lutas por direitos no processo da Constituinte e que foi através dos Tikuna - “que já estavam viajando”, em referência à atuação dos Tikuna na luta por demarcação de seus territórios e na participação no Movimento Indígena – que os indígenas do Vale do Javari tomaram conhecimento dos direitos conquistados na nova Constituição Federal.

A importância dos Tikuna no processo de organização do Movimento Indígena do Vale do Javari foi ressaltada por Darcy Comapa em outras ocasiões, além das entrevistas concedidas para a elaboração desta biografia. Um destes momentos foi no velório de Nino Fernandes ocorrido em 06 de fevereiro de 2018, no qual Darcy, bastante emocionado, discursou sobre a vida do seu amigo Tikuna que acabara de falecer e agradeceu a todas as lideranças Tikuna pela contribuição na mobilização dos povos do Vale do Javari<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Testemunham essa contribuição, as fotos selecionadas e cedidas por Darcy para o projeto “Os Brasis e suas memórias” nas quais se registram a presença de Nino Fernandes na II Assembleia dos Povos Indígenas do Vale do Javari, em 1995, de Nino Fernandes, Pedro Inácio, Paulo Tikuna e Paulo Mendes no Seminário de Lideranças Indígenas do Brasil, realizado na sede da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) (s/d). Estas imagens constam na biografia de Darcy Comapa escrita para o projeto “Os Brasis e suas memórias” (Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-darcy-marubo/>, Acessado em: 03/11/2018).

Em 1993, outro Marubo iniciava a sua relação com as cidades. Levado para Benjamin Constant pelo filho de um regatão chamado José Menezes – que mantinha relações com os Marubo de São Sebastião (no rio Curuçá) -, Jorge Oliveira Duarte, ou simplesmente Jorge Marubo, com catorze anos de idade passou a morar na casa da família de Wanderley Almeida de Menezes.

De acordo com o relatado por Jorge Marubo em 11/10/2018, Wanderley o levou para Benjamin Constant para estudar, com o consentimento do pai de Jorge e com o entusiasmo deste que sempre se impressionou com as pessoas que sabiam ler e escrever. Sobre esta mudança para a cidade e a vontade de estudar, Jorge Marubo assim relatou:

(...) uma coisa, professor, eu agradeço muito, muito mesmo, a deus, o destino da vida. Ela aparece naturalmente o que é pra ser, porque quando eu era menino lá eu via, assim, pessoas lendo e escrevendo muito bonito. Aí quando o Clóvis e o Darcy, e os brancos, na época que eu morava lá, até o Pe. Joseney que era coordenador de pastoral da Diocese do Alto Solimões indo pra lá, quando começaram a falar dos direitos dos índios, do direito de a gente ter a terra demarcada. Aí quando começaram a escrever e falar português eu pensei assim: poxa o Clóvis tá assim, Darcy tá assim, como eu... eu posso ser também. Mas como eu vou ser? Nunca! Por que meus pais eram... eram não, não tinham dinheiro, não tinham condições financeiras pra mandar pra cidade que eu sabia que aqui tinha custos, tinha... pra ficar aqui tem que ter casa, tem que ter comida, tem que ter dinheiro, tudo! Aí eu chorava muito querendo estudar. E aí alguém que ia lá [em São Sebastião] dava aula de três meses, no máximo quatro meses, ia embora e parava. Aí ia outra pessoa... era assim. Eu tinha muita vontade... assim... vontade bem grande mesmo de estudar, de estudar, de estudar. A primeira [pessoa] que me ensinou assim o ABC, alguma coisa assim, foi o Clóvis. Ele era madeireiro, ele comprou caderno pra nós, ele mesmo nos ensinou, assim mesmo, sem ser na escola aí comecei com isso. Eu tinha muita vontade de estudar, aí quando apareceu esse Wanderley, que falou isso, aí era uma oportunidade de tudo que eu queria. Aí eu não pensei duas coisas não e meu pai também. Aí vim embora estudar.

Ao chegarem na cidade, Wanderley A. de Menezes teria procurado o senhor Moacir Maia, seu amigo pessoal e à época Coordenador de Educação do município de Benjamin Constant, e comunicado que havia trazido um indígena para viver consigo e que desejava matriculá-lo em uma escola municipal. Jorge relata que Wanderley “comprou livros pra mim ler, comprava monte de livros pra mim ler...” e em uma conversa perguntou: “Jorge, qual é tua missão aqui? Tu vai ler, ler, ler... aí eu vou contratar professora de matemática e português pra vim dar aula aqui mesmo em casa. Eu vou contratar particular pra você se preparar que daqui a pouco eu vou te matricular na escola”. Reproduzo abaixo a continuidade deste diálogo e o desdobramento dos anos iniciais de estudo e moradia de Jorge Marubo em Benjamin Constant:

Eu disse: Tá bom! O meu trabalho era ler o livro e estudar com estes dois professores, de matemática e de português. Aí eu fui me preparando pra matricular. Aí tá bom. Eu estudei três meses assim em casa, com professores contratados né, que ele contratou, e lia. Aí depois de três meses ele falou com a professora Terezinha, que era diretora do Raimundo Cunha, Coronel Raimundo Cunha, em Benjamin Constant, aí falou com ela, o Moacir Maia falou com a Diretora: traz aqui pra ver o que a gente pode fazer. Perguntaram se eu tinha série assim, se eu fazia na aldeia, tem documento? Eu falei que não tinha nada. Então vamos fazer o seguinte: você vai estudar uma matéria que a gente vai dar e final de semana a gente vai fazer prova. Aí nós vamos fazer assim: na primeira série, na segunda série, na terceira, na quarta e na quinta. Aí eu falei: não tem problema não. Aí eu fui. Eu estudava uma semana, aí sexta-feira eu fazia prova. Na primeira semana me fizeram assim da primeira série: eu passei. Na segunda semana fizeram assim: eu passei. Terceira eles fizeram assim, eu passei. Aí quarta eu passei e na quinta eu fiquei né (risos), que era mais puxado. Aí tá bom. Na época tinha supletivo, né. Parece que era quinta e sexta. Aí me matricularam. Aí eles me matricularam no supletivo, os outros alunos já estavam adiantados o ano inteiro, aí eles falaram assim: você vai estudar aqui, mas toda sexta-feira tu vais ter prova porque tu entrou depois. A gente vai fazer revisão, assim, assim... Aí todo final de semana, cada sexta-feira, eu tinha prova independente dos outros alunos. Aí eu fui indo... os alunos que estudaram o ano inteiro ficaram reprovados, eu passei direto né. Não sei se eu ainda tenho carteirinha de estudante, professor, a minha nota só era dez, dez, dez... Eu tinha tanta fome de escola, professor (...). (Jorge Marubo, 11/10/2018)

Jorge Marubo prosseguiu seus estudos escolares em Benjamin Constant até ser eleito tesoureiro do CIVAJA, na II Assembleia realizada na aldeia Liberdade (rio Ituí) em 1995. Jorge ressalta que não estava presente nesta assembleia, mas, mesmo assim “os parentes me elegeram como tesoureiro do CIVAJA”. A partir desta assembleia o CIVAJA passou a ser coordenado por Clóvis Rufino (Marubo).

A participação na coordenação do CIVAJA implicava na mudança de residência para Atalaia do Norte. Sem o apoio financeiro de Wanderley A. de Menezes e com queixas à qualidade do ensino na nova cidade, Jorge relembra deste momento com um certo pesar.

E aí, professor, eu fui prejudicado por que quando eu cheguei pra cá, eu viajava, viajava... e desisti. Aí viajava e viajava, não tinha como. Pensei assim: ou eu trabalho ou viajo... primeiro ano eu consegui concluir, eu não viajei. Segundo ano também. Aí terceiro ano eu comecei a viajar, eu repeti. No segundo ano do terceiro ano eu repeti, porque não tinha condições porque eu viajava. Aí depois eu pensei assim: eu tenho que parar. Eu falei, na época o coordenador era o Clóvis: eu não vou viajar mais não! Se não dá para eu trabalhar, eu tenho que ficar no escritório, eu quero terminar estudo. Aí eu consegui terminar. Mas depois que eu cheguei aqui, professor, eu passei por muitos problemas. Assim, difícil. Eu tava tão bem. Passei fome porque não tinha projeto, CIVAJA não tinha nada, não tinha projeto em andamento. (Jorge Marubo, 11/10/2018).

Também por intermédio da escolarização, Amélia Barbosa estabeleceu suas relações com as cidades. No entanto, seu contato inicial ocorreu em Cruzeiro do Sul,

Acre, onde frequentou uma escola católica até o segundo ano do ensino médio. As dificuldades de transporte e abastecimento impediram que ela terminasse o ensino médio regular. Durante esse tempo, seu pai, José Barbosa, manteve relações comerciais com o Acre. Ele pegava sua filha ao final de cada semestre e deixava-a no início do próximo, cada viagem de ida e volta durava cerca de oito dias. Amélia ajustou-se ao novo ambiente e aprendeu fluentemente a língua portuguesa. Sua educação só foi interrompida por acidente. Quando José e Amélia viajaram para Cruzeiro do Sul para o início do último ano de escola de Amélia, eles foram para o lado do alto rio Curuçá para dormir na primeira noite. Uma grande chuva caiu naquela noite. Quando Amélia e seu pai acordaram, descobriram que a canoa havia sido inundada e que todos os suprimentos de Amélia haviam caído a jusante. Sem dinheiro para comprar mais suprimentos, eles tiveram que voltar. Amélia não voltou à escola. Antes dos estudos em Cruzeiro do Sul, Amélia e seus irmãos tiveram lições de aritmética e leitura com um seringueiro acreano a convite de seu pai (Ruedas, 2001).

A fluência na língua portuguesa e seu nível de educação possibilitou que Amélia fosse contratada pelo município de Atalaia do Norte para ser a professora da aldeia Maronal. Além disso, ela recebeu treinamento em microscopia durante a vigência do programa Médicos Sem Fronteiras e passou a auxiliar no controle de epidemias de malária e com problemas de saúde das mulheres. Atuando como professora e Agente Indígena de Saúde (AIS), Amélia tornou-se uma das referências para a relação com os não indígenas e começou a também atuar no movimento indígena, local e regional, mediante viagens à Atalaia do Norte, na participação em reunião de AIS's organizada pela COIAB. Segundo a própria Amélia, ela só não teve uma maior participação na organização dos professores indígenas entre os anos de 1997 e 1998 porque enfrentou resistência – de familiares, de missionários e de membros da secretaria municipal de educação – à sua participação em reuniões da Coordenação de Professores Indígenas do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia (COPIAR).

Cabe observar que as relações estabelecidas com as cidades mediante a inserção na educação escolar acima relatadas, se encontram articuladas com a trajetória pessoal de indígenas que viriam a compor o movimento indígena, especialmente, dos Marubo. Assim, o acesso ao conhecimento em língua portuguesa favoreceu a atuação enquanto lideranças do CIVAJA no processo de demarcação e em outros espaços após a terra demarcada.

No mesmo sentido, Javier Ruedas (2001), em sua tese de Doutorado desenvolvida na década de 1990 sobre o Sistema Político Marubo, aponta a fluência na língua portuguesa, o contato e a familiarização com o meio não indígena como elementos que teriam confluído para a preponderância da participação de jovens, incluindo-se aí Darcy, Jorge e Amélia, nos processos de tomadas de decisão entre os Marubo.

As memórias de Korá Kanamary sobre as relações com as cidades remetem aos seus treze ou catorze anos de idade, suas primeiras viagens coincidem com a conclusão do processo de demarcação da TI Vale do Javari e a saída das últimas famílias de não indígenas da área demarcada no ano 2000. Os relatos aos quais me volto para construção desta comunicação foram feitos durante uma viagem à aldeia Massapê, do povo Kanamary, no rio Itacoaí, em agosto deste ano.

As histórias contadas foram sendo ativadas ao passar por locais de antigas caçadas e viagens ou pelo local da fazenda em que trabalhou e são marcadas pelas recordações dos antigos patrões, mas, sobretudo, de seus companheiros, em especial, o “Carlitos”, um indígena Kanamary falecido em decorrência de hepatite. Korá, Carlitos e outros Kanamary, trabalharam em uma fazenda de propriedade de João Bezerra, onde era mantido o cultivo de espécies agrícolas e a criação de gado.

Korá relata que, com a determinação de saída da Terra Indígena, seu patrão exigiu a produção de duas remessas de farinha para serem levadas à Benjamin Constant – uma remessa de 300 paneiros e outra de 150 paneiros. Não obstante o tom paternal que o patrão tentava estabelecer na relação com os indígenas, Korá relata que o seu trabalho e de seus companheiros Kanamary eram pagos com comida ou objetos, como em uma ocasião em que João Bezerra teria oferecido espingardas para eles escolherem sob as seguintes condições: “escolhe a que quiser meu filho”, “trabalhe dois anos e a espingarda é de vocês” – e Korá reagiu junto aos seus companheiros: “Carlitos, vamos fugir! Trabalhar dois anos para pagar espingarda?!”.

Justamente ao trabalhar para esse patrão, foi que Korá, Carlitos e outro Kanamary foram a primeira vez para Benjamin Constant. Ao chegar na cidade, Korá conta que foram abandonados na canoa por seu patrão e pelas mulheres que viajavam com eles. Já passando fome, foram ajudados por um senhor que passava pelo “Javarizinho” – braço do rio Javari que separa Benjamin Constant (Brasil) de Islândia (Peru) – e lhes apresentou a um engenheiro que estava à trabalho em Benjamin Constant. Este engenheiro e sua família acolheu os Kanamari em sua casa, comprou roupas, lhes arrumou trabalho e propôs registrar os três Kanamary como seus filhos – o que não chegou a acontecer.

Passados alguns dias na cidade, Korá foi avistado por seu patrão que estava à sua procura nas ruas da cidade. Neste reencontro, o patrão propôs levá-los de volta ao Massapê e os Kanamary acabaram por retornar com o antigo patrão, mas não sem antes serem abandonados novamente, agora na “balsa dos padres”. Korá afirma terem decidido pela reaproximação com o antigo patrão por ser a única forma de retornar à aldeia.

Os fragmentos biográficos acima reproduzidos têm a intenção de sintetizar momentos das trajetórias destas lideranças em relação aos diferentes contatos com o universo não indígena. Contatos que são inicialmente estabelecidos enquanto viviam com seus grupos locais mediante a entrada de comerciantes, madeireiros, missionários e agentes do estado. São lembranças de relações de alianças e de conflitos que vão moldando suas percepções sobre os não indígenas e ampliando seus conhecimentos necessários para as conquistas de direitos. Pois, conforme tentei demonstrar, com diferentes ritmos, todas essas trajetórias vão se relacionar com o processo de demarcação que estava em curso.

O processo de mobilização e organização da luta pela demarcação da Terra Indígena Vale do Javari contou com o apoio de diversas entidades, como a Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, a OPAN, o CIMI, a COIAB e a entidade suíça Terre des Hommes. As lideranças indígenas que participaram deste processo destacam o período de mobilização que resultou na criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA) e a atuação de parceiros, especialmente, do indigenista Sílvio Cavuscens e do Padre Joseney Lira.

Sílvio Cavuscens atuava no Vale do Javari desde 1976, viajando pela área em uma jornada de trabalhos indigenistas, tendo participado diretamente de algumas das atividades do processo de demarcação da Terra Indígena Vale do Javari (Matos, 2006). Na década de 1980, o indigenista teria estabelecido contato com Darcy a primeira vez ainda em Manaus, quando este estudava na Escola Agrícola, e teria lhe dito que o Vale do Javari precisava de um impulso para o movimento indígena. Alguns anos depois, em dezembro de 1988, quando Darcy estava na aldeia, Cavuscens teria lhe procurado para uma viagem de articulação política dos indígenas dos rios Ituí e Maronal. “Na época, Sabá, César, José Pajé e eu [todos Marubo], subimos o rio Pardo e o Arroyo e varamos para o Ituí. Foi nessa época que a Federal tomou as coisas de Sílvio e ele foi expulso do Brasil”.

Da atuação de Sílvio Cavuscens, Darcy recorda também que foi por meio de sua assessoria e do recurso de projetos financiados pela Terre des Hommes que foi adquirida

a sede do CIVAJA e os equipamentos para seu funcionamento. Ressaltou em depoimento<sup>4</sup> a importância deste indigenista não só para o CIVAJA, como para a COIAB, devido ao seu conhecimento e articulação com as fontes financiadoras fora do Brasil. Questionando um suposto esquecimento da parte dos coordenadores atuais em relação ao indigenista, Darcy afirmou: “os novos coordenadores da COIAB e do movimento não tem o conhecimento da abrangência e da potência que o Sílvio tem. Foi através dele que a gente cresceu, jogou o Vale do Javari na mídia no mundo inteiro! ”.

A viagem feita com Cavuscens é lembrada por Darcy Comapa como o início da sua atuação na luta pela demarcação da Terra Indígena do Vale do Javari e coincide com as informações trazidas por Matos (2006) a respeito da atuação do indigenista. Segundo estas informações, em 1989, a Polícia Federal e a Funai expulsaram sua equipe da área do alto Curuçá, quando acompanhavam lideranças Marubo da aldeia São Sebastião em um trabalho de articulação política dos indígenas dos rios Ituí e Maronal. Ainda segundo a autora, o objetivo da articulação era iniciar um processo organizativo para enfrentar a situação de falta de assistência da Funai no Vale do Javari e que teria levado à criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), em 1991<sup>5</sup>.

Após a expulsão de Sílvio Cavuscens do Vale do Javari, Darcy retorna às cidades e vai prestar o Serviço Militar em Tabatinga. Em um ano de prestação de serviço junto ao Exército Brasileiro conhece o Padre Joseney.

Quando volto do Exército encontro o Padre Joseney, aí ele falou que tinha 5 mil dólares de reserva que era para o Vale do Javari e que não conhecia ninguém em Atalaia do Norte. A única pessoa que ouviu falar, que lecionou lá, era eu. Aí, assim que eu saí do exército ele me procurou para criar o movimento indígena. O que iria fazer com esse dinheiro? - Ele me falou. Eu falei: Vamos fazer uma reunião para criar o movimento indígena. A partir daí que foi criado. Aí fizemos uma primeira reunião em Atalaia e a primeira assembleia. A primeira assembleia foi em São Sebastião. Aí já vem o Kell, Pe. Joseney, Dom Alcimar. Aí quando a gente começa a viajar para fazer essa assembleia. Aí depois dessa assembleia, dois ou três anos depois faz a segunda assembleia (...). (Darcy Comapa, 09 de março de 2018)

---

4 Depoimento concedido em 10 de março de 2018, na cidade de Atalaia do Norte-AM.

5 De acordo com Matos (2006, pp.97-98), neste período o indigenista Sílvio Cavuscens manteve uma relação com o órgão indigenista governamental foi marcada tanto pelo estabelecimento de vínculos nas atividades de demarcação, quanto por momentos de rupturas e antagonismos que resultaram em duas expulsões da área. Sílvio coordenou a Campanha Javari (Campanha pela Sobrevivência dos Povos Indígenas do Vale do Javari), atuando pela OPAN (Operação Anchieta na época, hoje a sigla significa Operação Amazônia Nativa), entidade precursora dos trabalhos indigenistas do CIMI. A Campanha foi lançada oficialmente em 1985, com repercussão nacional e internacional. Sílvio desenvolveu trabalhos indigenistas na região por meio da OPAN e, depois, por meio da instituição suíça Terre des Hommes. Em 1984, fez parte do Grupo de Estudos do Javari e, em 1985, participou da equipe de campo encarregada de realizar, pela Funai, o terceiro levantamento etnográfico de toda região.

## **Das primeiras assembleias à Terra demarcada: criação do CIVAJA e a constituição de uma política indígena na região**

Em 1991, dois jovens marubo, Darcy Comapa e Clóvis Rufino, lideram a realização, em Atalaia do Norte do I Encontro dos Povos Indígenas do Vale do Javari, com apoio da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, da OPAN e do CIMI, e assessorados por Silvio Cavuscens e pelo Padre Joseney Lira. Resultado da articulação feita com lideranças dos povos Marubo, Matsés, Kanamari e Kulina, este encontro estabeleceu a criação do CIVAJA e constituiu uma Comissão Indígena do Vale do Javari, que teve Darcy como coordenador e Clóvis como vice coordenador. No ano seguinte foi realizada a I Assembleia dos Povos Indígenas do Vale do Javari dando continuidade ao processo de articulação do movimento indígena na região, por meio de sua organização representativa – o CIVAJA.

O entendimento da necessidade da demarcação contínua e da proteção da terra orientou o trabalho político de articulação e de aproximação realizado pelos líderes Marubo. Nas palavras de Maria Helena Ortolan Matos (2006, p.118)<sup>6</sup>:

O movimento indígena no Vale do Javari teve como desafio articular politicamente a diversidade étnica e a pluricidade histórica das relações interétnicas. O CIVAJA teve um papel importante de articulação dos diversos grupos indígenas do Vale do Javari, pondo fim a conflitos intertribais e inter-clânicos, por meio da constituição de uma unidade política mais ampla como estratégia de defesa dos direitos dentro do Estado Nacional.

Os relatos sobre as viagens e as tensões constantes no contato com lideranças de grupos tidos como inimigos tradicionais, especialmente os Matsés, são comuns entre os que vivenciaram este processo de articulação. Um destes relatos conta que em visita à aldeia Lobo – habitada pelo povo Matsés no igarapé Lobo, afluente do alto rio Javari -, a equipe de articulação, da qual participava o Padre Joseney Lira, enfrentou forte resistência dos Matsés que não queriam receber Marubo em sua aldeia.

Darcy Comapa, Clóvis Rufino, o antropólogo e indigenista Almério Wadick (conhecido por “Kell”) e lideranças Matsés, com as quais manteve contato nos últimos anos, reiteram constantemente que a luta pela demarcação da Terra Indígena levou ao fim os conflitos violentos entre os Marubo e os Matsés.

---

6 Cf. também: (WELPER, 2009)

Para Darcy, a I Assembleia, que contou com a presença da FUNAI e da antropóloga Delvair Montagner,

Foi um começo de luta, quando a gente travou a primeira movimentação dentro da área indígena, de barcos e voadeiras. Havia ainda muita presença de madeireiros, tirando madeira, foi um impacto muito grande assim, inclusive na viagem encontramos muita caça e pesca na beira do rio. Caçadores, pescadores e barcos no Javari que não eram proibidos de entrar. Teve um impacto muito grande a presença de João Tuxaua ainda vivo e a participação das lideranças da época. (Darcy Comapa, 10/03/2018)

Três anos depois, em 1995, ocorreu a II Assembleia dos Povos Indígenas do Vale do Javari na aldeia de São Sebastião (rio Curuçá). Ao longo da década, o movimento dos povos indígenas do Vale do Javari seguiu organizado em torno do Conselho dos Povos Indígenas do Vale do Javari, sua principal referência passou a ser o marubo Clóvis Rufino, enquanto Darcy Comapa passa a atuar como Coordenador Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB - a partir de 1997. O período de luta pela demarcação, especialmente, entre os anos de 1992 e 1999, são marcados também pelas recordações dos conflitos provocados pelas reações de políticos e empresários locais, sobretudo madeireiros, contrários à reivindicação dos indígenas. Jorge Marubo, presenciou a I Assembleia realizada na aldeia de São Sebastião em 1992 e quando foi levado para a cidade passou a ter contato com as ações do movimento a partir de Darcy e Clóvis.

Aí quando eu comecei a participar das reuniões, a gente sofreu muitas ameaças dos madeireiros dos pescadores, junto com Clóvis aí eu comecei a aparecer no movimento indígena. A gente passou por muitas coisas. Aí helicóptero voando aqui. Os políticos vieram fazer uma mobilização contra a demarcação, jogando população contra os índios, aí onde eu estava lá... tinha comitê político do “paraibinha” [Walter Paiva, político e madeireiro], na época, em frente ao hospital. Tu sabes onde é o hospital, né? Lá era comitê muito grande. Lá teve reunião. Aí onde o deputado [estadual] Eron Bezerra [PCdoB] que na época era a favor de nós, jogaram cerveja na cara dele. Aí a população ficou revoltada: com espingarda, com terçado, cercaram o Darcy, o Clóvis, o padre Joseney, Eron Bezerra, eu também estava lá. (Jorge Marubo, 11/10/2018)

Jorge, que passou a integrar a coordenação do CIVAJA após a II Assembleia (1995), recorda também que nesse processo de organização do CIVAJA tiveram muita dificuldade para realização das atividades e manutenção das lideranças na cidade devido a limitação de recursos financeiros. De acordo com Jorge esta situação se altera a partir de 1996:

Aí depois, 1996, a gente conseguiu um projeto, 1997... 1998 foi melhorando, 1999 aí chegou... foi criado o Distrito Sanitário Especial Indígena onde pegou... O CIVAJA pegou esse convênio né, aí a gente já tinha uns projetos da Terre des Hommes, Suíça. Tinha um projeto do CTA, Centro de Trabalho Amazônico, parece... aí a gente já tinha dinheiro da demarcação do PPTAL com a FUNAI.

Conforme as informações trazidas por Matos (2006) e Welper (2009), o CIVAJA foi predominante liderado pelos Marubo<sup>7</sup>. No entanto, a partir de sua quarta Assembleia, realizada em 1999, cada povo passou a ter representação na Coordenação. Ou seja, assumindo uma forma de Conselho representativo, o CIVAJA passou a ser composto por conselheiros Kanamari, Kulina, Matis, Marubo e Matsés.

Não obstante a atuação de André Mayoruna e Gilson Mayoruna como vice-coordenadores do CIVAJA, somente em 2008, em uma reunião extraordinária realizada na aldeia Matis Beija-Flor, no rio Ituí, ocorreu a primeira eleição de um Coordenador-Geral representante de outro povo, Korá Kanamary.

A constituição e manutenção do CIVAJA enquanto entidade representativa de todos os povos que habitam a TI Vale do Javari exigiu, como já mencionado acerca das relações entre Marubo e Matsés, muita habilidade de suas lideranças na superação de divergências e conflitos ente os povos e entre seus diversos grupos locais.

Korá recorda que em 2006, após ele assumir a função de vice coordenador do CIVAJA, realizou uma viagem a aldeia Massapê junto com Edilson Kanamary (também liderança que participou da organização do movimento indígena, mas que faleceu em decorrência de hepatite). Na oportunidade, os Kanamary que viviam em Massapê “estavam prontos para a guerra” e “não aceitavam presença de Marubo”. Assim, tanto Edilson, quanto Korá, foram criticados por seus parentes por “estar muito próximo aos Marubo” (Korá, 10/08/2018). Tal situação foi contornada através do diálogo entre os Kanamary e do estabelecimento de alguns compromissos, especialmente, da parte do Korá.

Uma das exigências dos Kanamary neste encontro foi a criação de uma organização própria, para que não fossem mais representados por outros povos. Assim, em agosto de 2007 foi iniciado o processo para criação da AKAVAJA – Associação dos Kanamary do Vale do Javari. Korá foi o presidente desta associação até 2008, quando foi eleito coordenador do CIVAJA. Além da eleição do Korá, na reunião extraordinária de

---

7 A respeito da liderança Marubo no movimento indígena do Vale do Javari, além dos trabalhos já mencionados de Matos (2006) e Welper (2009), cf. também o trabalho de Ruedas (2001).

2008 ficou definido que a próxima Assembleia seria realizada na aldeia Massapê – “a primeira em uma aldeia Kanamary!” (Korá, 10/08/2018).

Conforme posto anteriormente, em 1997 Darcy Comapa assumiu a Coordenação Geral da COIAB. Sua posição na Coordenação começou a se delinear em março de 1996, quando Darcy Comapa foi eleito vice coordenador da chapa liderada por Gersen Baniwa. Neste mesmo ano, Amilton Gadelha, atualmente Diretor-Presidente da Fundação Estadual do Índio, foi eleito prefeito de São Gabriel da Cachoeira pelo Partido dos Trabalhadores e convidou o Gersen Baniwa para compor sua equipe de gestão enquanto Secretário de Educação Municipal. Diante do convite, Gersen Baniwa optou por assumir secretaria entendendo que esta seria uma oportunidade mais concreta de ação política. A decisão de Gersen Baniwa, na avaliação de Darcy, foi acertada, pois, a COIAB não dispunha de apoio financeiro para as suas ações naquele momento.

À Frente da COIAB, Darcy Marubo coordenará e participará de diversas atividades do movimento indígena da Amazônia brasileira, assim como, de ações da Coordenadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA). Dentre as atividades citadas por Darcy em seus depoimentos: Em julho de 1996 Darcy Comapa foi à Genebra, na Suíça, para representar a COIAB junto à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Na oportunidade, visitou a sede de outros organismos internacionais como a OIT e a OMS, e conheceu lideranças de outros países como a indígena guatemalteca e Prêmio Nobel da Paz de 1992, Rigoberta Menchú.

Em seu discurso na Comissão de Direitos Humanos, Darcy Marubo denuncia as dificuldades vividas pelos povos indígenas brasileiros, em especial os efeitos decorrentes do Decreto 1.755 que modificava os procedimentos para a demarcação de Terras Indígenas. No discurso, Darcy observa que

A edição do Decreto deu certo ânimo aos interesses anti-indígenas. Levou uma grande intranquilidade dentro de muitas aldeias, especialmente aquelas em que o processo de demarcação foi recente e conflituoso. As contestações, segundo relato dos que de dela tiveram acesso, pretenderam desconstruir os atos da Administração sem conseguir examinar os documentos essenciais de todo o procedimento, passando a um discurso anti-indígena e teses jurídicas já derrotadas (...).

A crítica dirigida aos efeitos do referido Decreto se contrapunha diretamente aos argumentos defendidos pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim. Ao final do discurso, além de reiterar suas críticas e o restabelecimento pelo Governo Brasileiro do

“antigo procedimento para a demarcação de nossas terras”, ressaltou o processo de fortalecimento do movimento indígena e a busca por diálogo:

Mas nem tudo é tão ruim. Continuamos a compreender o mundo dos não indígenas e nos organizando, para que possamos impor um relacionamento mais equilibrado, respeitoso. Nada pretendemos além de viver à nossa maneira. Nada além do direito de ser diferente, porque efetivamente somos, e isso nunca pode significar impossibilidade de entendimento.

À frente da COIAB, Darcy Marubo ainda liderou a campanha pela demarcação de Terras Indígenas na Amazônia brasileira – *Demarcação Já!* – retratada aqui em dois momentos: Primeiramente, o evento de lançamento na Praça da Saudade na região central de Manaus, em que junto com Darcy e outras lideranças, estavam dois líderes Marubo - os irmãos Clóvis e José Rufino. Após o lançamento em Manaus houve um evento da campanha em Roraima com a participação de Alberto e outras lideranças Macuxi, e de Manoel Moura (Tukano), Álvaro Tukano e Gersen Baniwa. Um outro evento relatado por Darcy Comapa chama a atenção para as relações estabelecidas com lideranças de outros povos indígenas e o sentimento de pertencimento a um movimento indígena nacional. Apesar de não lembrar com precisão o ano em que ocorreu, o Seminário de Lideranças Indígenas do Brasil foi retratado com bastante entusiasmo.

Esse seminário de Lideranças Indígenas, de antigas lideranças indígenas quando eu estava na COIAB. Aconteceu na COIAB mesmo, num chapéu de palha que tinha atrás da COIAB. Esse encontro foi uma ideia minha, se precisava trazer os antigos lutadores do movimento indígena. Depois da Constituição, quando fui a primeira vez em Brasília, eu encontrei esses caras aí, Biracy Brasil do povo Yawanawá, Idjahure Karajá, Pedro Inácio, liderança dos Tikuna, e o próprio Ailton Krenak. Tem essa história que na Constituinte ele [Ailton Krenak] tirou a roupa, passou tinta na cara.... Esse pessoal estava esquecido! Foi um momento de trazer as lideranças para avaliar como estava o movimento indígena que foi criado por eles. Por que o Ailton Krenak que criou na época a UNI, União das Nações Indígenas, aí depois acabou a UNI, se criou a UNI-Acre e se dividiu e depois a UNI-Tefé, e depois da Uni-Tefé não prosseguiu e o movimento indígena do Amazonas se mobiliza e cria a COIAB. Nesta foto estavam faltando Manoel Moura e Álvaro Tukano. Mas, essas são as principais lideranças que eu conheci. Esse momento foi tipo um ato comemorativo que eu chamei a atenção da Amazônia pra dizer que nós estamos vivos ainda, que a gente ainda existe! (Darcy Comapa, 09 de março de 2018).

As fotografias e eventos recuperados por Darcy Comapa<sup>8</sup> que remetem ao ano de 1999 passam a direcionar a atenção novamente ao Vale do Javari. Neste ano ocorreu o I

---

<sup>8</sup> (Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-darcy-marubo/>, Acessado em: 03/11/2018)

Seminário de Educação Escolar Indígena no Amazonas em que foi criado o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, tendo a sua portaria assinada por Amazonino Mendes, governador à época. Foi neste evento que Sullivan Silvestre, então Presidente da FUNAI, apresentou o laudo antropológico que reconhecia o Vale do Javari como Terra Indígena<sup>9</sup>. De acordo com Darcy, Sullivan Silvestre foi convidado para o Seminário e aproveitou para entregar o decreto de criação e apresentar ao governador, Amazonino Mendes, que tinha que assinar e reconhecer.

Com a conclusão do laudo antropológico pelo antropólogo Walter Coutinho Júnior, o movimento indígena Vale do Javari passou a se mobilizar para a garantia da demarcação física da Terra Indígena. Esta etapa ocorreu entre 1999 e 2000 e foi coordenada pela Funai, por meio do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), com a participação das lideranças indígenas. De acordo com Mendes (1999, p. 19 *apud* Matos, 2006, p. 154) nas demarcações realizadas no âmbito do PPTAL/Funai

os índios são mobilizados, seja diretamente pela organização indígena local ou, indiretamente, por alguma ONG indicada por eles, para o acompanhamento de todas as frentes de trabalho, colocação das placas indicativas e divulgação nas aldeias e no entorno da área da demarcação e do que ela implica em termos de direitos territoriais indígenas.

Darcy Comapa será uma das lideranças indígenas envolvidas neste momento da demarcação, voltando a realizar viagens e atividades no interior do Vale do Javari para aberturas das clareiras, apresentação dos novos limites e direitos territoriais.

Não obstante o processo de demarcação ter se estendido durante toda a década de 1990, a partir de 1997 a atuação do CIVAJA, a partir de sua articulação com o movimento indígena nacional e o estabelecimento de parcerias com entidades nacionais e internacionais, se amplia para o atendimento de outras demandas e a construção de políticas para os povos indígenas do Vale do Javari, em especial, a de atenção à saúde.

---

9 “A Terra Indígena Vale do Javari tem uma extensão de 8.527.000 hectares e um perímetro de aproximadamente 2.068 km. É a 3ª maior área indígena do Brasil. Está situada na região do Alto Solimões, no sudoeste do estado do Amazonas, próxima à fronteira do Brasil com o Peru. Esta área foi reconhecida como Terra Indígena “para o usufruto exclusivo das populações indígenas que nela habitam” pelo governo brasileiro em 1999, demarcada fisicamente em 2000 e homologada pelo presidente da república em maio de 2001. Abrange áreas drenadas pelos rios Javari, Curuçá, Ituí, Itacoaí e Quixito, além dos altos cursos dos rios Jutáí e Jandiatuba, compreendendo terras dos municípios brasileiros de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutáí. ” (Ladeira, Nascimento & Matos, 2006, p.1). Nesta Terra Indígena vivem mais de 5 mil indígenas dos povos: Kanamari, Korubo, Kulina-Pano, Marubo, Matis, Matsés (Mayoruna), além de grupos isolados/autônomos localizados no Alto Jutáí, no Jandiatuba e no Quixito.

Este processo de construção da política de atenção à saúde – passando pela articulação com os *Médicos sem Fronteiras*, pelo estabelecimento de Convênios com o Governo Federal, até a criação do Distrito Sanitário Especial Indígena do Vale do Javari –, assim como, a contratação de não indígenas para trabalhar na demarcação física da TI por intermédio do PPTAL/FUNAI, produzem importantes alterações no quadro de relações interétnicas. De acordo com Jorge Marubo:

(...)a conquista e a luta do movimento indígena é importante, inclusive aqui em Atalaia do Norte, em vários outros lugares no Brasil, minimizou muita coisa, especificamente aqui para o Vale do Javari, que a gente conseguiu trazer os Médicos Sem Fronteiras na época da cólera (...) nós trouxemos o Médico sem Fronteiras, aí a gente trouxe em seguida a criação do DSEI, aí nesse período também a gente conseguiu gerenciar o projeto de acompanhamento da demarcação física do Vale do Javari que era um projeto grande. Esses três projetos tinham oportunidade de trabalhar, de pegar os trabalhadores, isso também foi uma forma que a gente conseguiu *amansar os brancos*, isso ao mesmo tempo valeu muito, porque tinham pessoas que eram contra a demarcação. Aí o CIVAJA pegou esse dinheiro: olha agora nós temos que contratar cento e poucas pessoas pra fazer picada assim... "não eu quero". (...). Aí aqui da região a empresa que ganhou também que pegou esse pessoal, não tô lembrado o nome agora. A empresa também pediu pra gente comunicar que ia ter emprego, era uma briga grande, mas, quando começou assim chegaram atrás de emprego. O Médico Sem Fronteiras também tinha algumas vagas, os médicos ainda falavam: olha vocês não podem contratar qualquer pessoa daqui porque aqui tem muito conflito, se entrar pode ter conflito, então vocês vão escolher o pessoal. Então, jogou no movimento indígena. Falou que a gente ia contratar. Aí chega o Distrito sanitário, olha gente agora a gente vai contratar.... Então, isso foi uma forma que foi minimizando a revolta da população local e discriminação, não é que foi acabando não, foi isolando, a partir das oportunidades que a gente deu. (Jorge Marubo, 12/10/2018 – *grifo nosso*).

### **Terra Demarcada! Conquistas de novos espaços políticos**

Darcy Comapa é um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil em Atalaia do Norte, seu contato com o partido e com suas principais referências no Amazonas – Eron Bezerra e Vanessa Graziotin (atualmente Senadora da República) – ocorreu durante o período em que coordenou a COIAB. Segundo Darcy, Eron e Vanessa eram os únicos parlamentares que acompanhavam as reuniões e atos do movimento indígena. Também atribui a uma emenda parlamentar de Eron Bezerra a aquisição da sede da COIAB.

Por volta de 1999, quando volta à Atalaia do Norte para participar das atividades da demarcação física da Terra Indígena, Darcy cria o partido em Atalaia do Norte. Com a conclusão do processo demarcatório, sem uma perspectiva clara de trabalho, resolveu se candidatar a Vereador. Sua candidatura foi recebida com receio, conforme ele relatou em mais de uma oportunidade, “Até o pessoal da FUNAI falaram: Mas como é que tu vais se

candidatar? O povo não vai te eleger, porque tu demarcou uma terra com mais de 8 milhões de hectares. Como o povo vai te eleger como vereador? ”.

Em um contexto adverso para a eleição de um indígena e em um momento em que haviam poucos eleitores indígenas, tanto na cidade quanto nas aldeias, Darcy Comapa manteve a candidatura. Recordando uma das oportunidades em que foi questionado sobre a decisão de se candidatar ele conta: “Aí eu falei: eu vou! Por que eu acho que quem vai eleger os índios são os próprios índios e na época se elegia com poucos votos. Eu fui eleito com 68 votos. Fui o quarto mais votado na época em que [no município] só tinham nove vereadores”.

A sua eleição ele atribui à atuação no movimento indígena, ao apoio de sua família e dos parentes de sua esposa, a “professora Meirele”. Sua esposa havia conduzido uma atividades informativas nas escolas sobre a demarcação da Terra Indígena Vale do Javari, ação que, na opinião de Darcy, contribuiu para o resultado eleitoral.

Atualmente avalia que teve muitas dificuldades em seu mandato, por não conhecer o “jogo político”. Ao ser eleito “pensava que ia ter acesso às coisas, que ia ter dinheiro para fazer trabalho com os povos indígenas”, mas, hoje avalia que estava equivocado. Seguindo orientações de seu partido, fez oposição ao prefeito Galate o que acarretou em uma forte resistência às suas proposituras. Sobre a disputa da época ele conta:

E o Galate era nosso adversário, adversário do partido, não era nosso, era do partido. O partido exigia que nós fizesse política contra. Isso foi difícil. Durante o mandato todinho foi assim, briga mesmo. (...) E a minha briga já virou pessoal, eu e Galate na época. Então eu não consegui nada para os índios, nada para mim, nada para ninguém. Fiquei somente falando o que o PC do B queria. Foi os quatro anos nesse sentido. Não tinha acesso, minhas emendas não eram aprovadas. O único projeto que foi aprovado no meu mandato, foi a criação da secretaria que ainda teve dois votos contrários.

A secretaria que Darcy se refere é a Secretaria Municipal de Assuntos indígenas (SEMAI), da qual atualmente é o Secretário. Ele conta que a criação da secretaria foi um projeto do seu mandato, mas que mesmo aprovada não foi criada pelo chefe do Poder Executivo municipal. Somente no mandato seguinte (2005-2008), para o qual Galate se reelegeu prefeito, foi criada a secretaria. Ainda avaliando sua experiência enquanto Vereador ele conclui:

E o mandato foi assim. Foi árduo! Político jogando contra a gente, vereadores colegas jogando contra a gente. Só era eu e Nonato [Tenazor]. Foi uma época assim que eu achei assim que a gente abriu um caminho. Logo em seguida, no

segundo mandato, choveu de índios candidatos. Saíram seis índios candidatos, mas não elegeu ninguém.

Somente em 2012 um indígena voltou a ser eleito Vereador em Atalaia do Norte, o marubo Manoel Barbosa, conhecido como Manoel Chorimpa – irmão de Amélia Barbosa. E, nas eleições municipais de 2016, a “abertura de caminho” mencionada por Darcy ganhou força com a eleição de indígenas para seis das onze vagas da Câmara Municipal. Dentre os seis vereadores, temos os Marubo Manoel Chorimpa (em seu segundo mandato) Armando Marubo, os Matsés Gilson Mayoruna e César Mayoruna, o Matis Makê Turu e Korá Kanamari, atual presidente da Câmara de Vereadores. Korá Kanamary no início do mandato, janeiro de 2017, foi eleito como Presidente da Câmara de Vereadores para o biênio 2017-2019.

Para Darcy Comapa é uma grande satisfação haver atualmente seis vereadores indígenas em Atalaia do Norte. Da sua experiência ele ressalta três preocupações: Primeiramente, não adotar uma posição fechada entre ser situação ou oposição ao Prefeito. Segundo, que os atuais vereadores tomem cuidado com a política de troca de favores e de dinheiro, pois, “só aumenta o poder político de quem tem dinheiro”. E, por fim, que se deve ter cuidado com as divisões e o possível excesso de candidaturas indígenas para vereador nas próximas eleições.

Após o seu mandato de Vereador, Darcy Comapa atuou na Gerência de Agricultura Indígena da Secretaria Estadual de Produção Rural (SEPROR) e como Assessor da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND). Desde 2017 exerce a função de Secretário Municipal de Assuntos Indígenas.

Não obstante as dificuldades encontradas em seu mandato de Vereador e em sua participação, e de outras lideranças, em cargos públicos – eletivos ou não -, Darcy é um defensor entusiasta da participação de indígenas na política. Reconhece que para aumentar o número de indígenas eleitos no Brasil ainda é preciso se organizar melhor, mas mantém firme sua posição e afirma:

É preciso hoje a gente se unir, a união dos povos do Brasil é importante tanto na questão da saúde, da educação, do desenvolvimento sustentável e da política. E muita gente [fala]: não, eu não quero me envolver em política. Mas, política tá em todo canto - educação, saúde, todo canto. Se nós não fizermos parte, ou não quiser entender, ela não vai para lugar nenhum.

Amélia Barbosa prossegue atuando no campo da Educação Escolar Indígena. Entre os anos de 2000 e 2014 frequentou as aulas do Projeto de Capacitação para os

Professores Indígenas, Programa Pirayawara, da Secretaria de Estado da Educação do Amazonas/SEDUC-AM. No ano de 2013 uma articulação entre FUNAI, UFAM, CIMI, CTI, Organizações Indígenas e outras organizações que atuam em Atalaia do Norte constituíram um Grupo de Trabalho sobre Educação Escolar Indígena para o Vale do Javari, deste grupo resultou a criação da Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Atalaia do Norte e um curso de graduação para professores indígenas (PARFOR) em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas. Amélia, além de atuar na referida coordenação de Educação Escolar Indígena atualmente cursa a Licenciatura Dupla em Letras: Português e Espanhol no *campus* da Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant.

Jorge Marubo, além de Tesoureiro, foi Coordenador do CIVAJA entre 2003 e 2005. A partir de 2006 ele passa a atuar especificamente no campo da Saúde Indígena. Primeiramente como Conselheiro Distrital, depois assumindo a presidência do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI). Em 2011, foi eleito Coordenador do Fórum dos Presidentes de CONDISI (FPCONDISI) e também passou a integrar o Conselho Nacional de Saúde. E, em 2016 assumiu a chefia do DSEI-Vale do Javari.

O movimento indígena do Vale do Javari após quase duas décadas de homologação Terra Indígena vive um novo cenário político. O CIVAJA foi substituído em 2008 por uma nova organização - a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) - e observou-se nos últimos anos o surgimento de associações de abrangência mais restrita, delimitadas pelo pertencimento étnico e/ou pela localização da aldeia.

\* \* \*

Sobre as transformações ocorridas no movimento indígena do Vale do Javari, como a proliferação de novas associações, o surgimento de novas lideranças e a diversificação de espaços políticos de atuação, é possível constatar avaliações divergentes nas diversas reuniões, viagens e em conversas informais ao longo do último ano. No entanto, as trajetórias aqui reunidas e as respostas dos meus interlocutores sobre a importância de atuar politicamente convergem no reconhecimento de que todas as conquistas indígenas vieram da força da mobilização coletiva.

## **Referências**

**MATOS, M. H. O. Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: Experiências Exemplares no Vale do Javari.** [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2006.

**RUEDAS, J. The Marubo Political System.** [s.l.] Tulane University, 2001.

**WELPER, E. M. O mundo de João Tuxaua: (Trans)formação do povo Marubo.** [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.